



Grupo Herval

HS FINANCEIRA S/A

Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações financeiras de
30 de junho de 2025





Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Relatório da administração	6
Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos
Dois Irmãos - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Apresentação dos valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco

Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de dezembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'HFM', is written over a faint, circular official stamp.

Henrique Furtado Maduro
Contador CRC - 1SP291892/O



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO HS FINANCEIRA S.A. – CFI 1º SEMESTRE 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Senhores Acionistas e Administradores: Submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2025. A (HS Financeira SA) – Crédito, Financiamento e Investimentos é uma Instituição Financeira, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil desde 2005 e está ligada ao Grupo Herval, tradicional Grupo Empresarial Gaúcho, composto de um complexo de atividades industriais e serviço com 64 anos de atividades empresariais. Assim, a HS Financeira S/A tem sua atuação voltada para soluções de crédito ligado ao consumo e apoio a gestão financeira de pessoas e empresas participantes do ecossistema Herval. Nesse sentido, seus principais produtos são: a) Crédito Direto ao Consumidor - CDC, no formato de crediário flexível; b) Empréstimo Pessoal - CP, nas modalidades clean, consignação e INSS; c) Cartão de Crédito; e, d) Antecipação de Recebíveis. De outro lado, através da emissão de Letras de Câmbio, possibilita ótimas alternativas de investimentos com rentabilidade e segurança na Instituição. A HS mantém esforços contínuos na consolidação e aprimoramento das suas estruturas de administração, adequando permanentemente suas ações às políticas eleitas como prioritárias para o desenvolvimento do negócio. A estrutura de gerenciamento possibilita que os riscos sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente e o processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas, que estabelecem diretrizes e condutas a serem observadas e aplicadas a cada operação, dada a sua natureza.

Em face das circunstâncias mercadológicas, haja vista o comportamento da economia brasileira, e das variáveis de rendas, emprego e endividamento a HS ajustou, em níveis compatíveis de risco, a sua oferta de crédito. Para tanto, novas modelagens foram implementadas, tecnologias adicionadas, produtos redesenhados, metodologia de cobrança atualizada e nova governança estabelecida, o que possibilita novas práticas e a preparação para saltos de qualidade, em produtos e serviços, nos próximos exercícios. Portanto, todo este esforço refletirá em melhor eficiência operacional e, por consequência, melhores resultados futuros, além de maior transparência organizacional e maior robustez competitiva.

A HS Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução dos negócios e, como sempre, disponível para esclarecimentos adicionais, que se fizerem necessários.

Dois Irmãos, 5 de dezembro de 2025.

ADMINISTRAÇÃO

José Agnelo Seger, presidente

Edeni Malta da Silva, diretor

Andrei Luis Seger, diretor

Carlito Kirschner, diretor

Darci Seger, diretor



Grupo Herval



Balanço patrimonial em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2025
Disponibilidades	4	6.367
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	13.200
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		265.869
Operações de crédito	5.1	309.318
Provisão por perda esperada associada ao risco de crédito	5.1	(43.449)
Impostos e contribuições a compensar	6	2.602
Outros ativos		1.396
Devedores diversos		732
Despesas antecipadas		664
Operações de créditos		820
Ativo fiscal diferido	21.2	17.610
Imobilizado de uso		90
Intangível		3.637
Total do ativo		<u>311.591</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval



Balança patrimonial em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	30/06/2025
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		53.398
Depósitos de clientes a prazo	7	19.551
Recursos de aceites e emissão de títulos	8	33.847
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes	8.1	64
Fiscais e previdenciárias	25	570
Outras obrigações	9	37.075
Outros passivos	11	165.362
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	10	585
 Total do passivo		 257.054
 Patrimônio líquido	13	
Capital social	13.1	67.000
Reserva legal		425
 Prejuízos acumulados	24	(12.888)
 Total do patrimônio líquido		 54.537
 Total do passivo e patrimônio líquido		 311.591

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Herval

Grupo Herval

HS consórcios

HS seguros

HS financeira

H Lar construções

Herval
móveis e colchões

H química

ÉDEZ

uultis

Herval
storeuultis
storeHerval
outletLOJAS
taQi
tô em casa

iPlace

ht
solutions

Demonstração do Resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025
Receita da intermediação financeira		30.537
Operações de crédito	14	29.357
Rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez		1.180
Despesas da intermediação financeira		(46.737)
Despesas de captação no mercado	15	(14.879)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	16	(31.858)
Resultado bruto da intermediação financeira		(16.201)
Outras receitas (despesas) operacionais		(308)
Rendas de prestação de serviços	17	8.439
Despesas de pessoal	18	(2.112)
Outras despesas administrativas	19	(10.725)
Despesas tributárias	23	(1.727)
Despesas deprec./amortização		(267)
Outras receitas/despesas operacionais	20	6.084
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(16.509)
Imposto de renda e contribuição social diferido	21.1	2.685
Prejuízo líquido do semestre		(13.824)
Quantidade de ações		67.000
Lucro líquido por ação R\$		(0,21)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval



Demonstração dos resultados abrangentes

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

30/06/2025

Resultado líquido do semestre	(13.824)
-------------------------------	----------

Total resultado abrangente, líquido de impostos	<u>(13.824)</u>
---	-----------------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	67.000	425	(2.069)	65.356
Ajustes na adoção inicial da Resolução 4966/2021	-	-	3.005	3.005
Saldos em 1 de janeiro de 2025	67.000	425	936	68.361
Prejuízo do semestre	-	-	(13.824)	(13.824)
Saldos em 30 de junho de 2025	67.000	425	(12.888)	54.537
Mutações do período	-	-	(10.819)	(10.819)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Herval

Grupo Herval

HS consórcios

HS seguros

HS financeira

H Lar construções

Herval móveis e colchões

H química

ÉDEZ

uultir

Herval store

uultir store

Herval outlet

LOJAS taQi 24 em casa

iPlace

ht solutions

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do semestre		(13.824)
Depreciação e amortização		267
Despesas para crédito de liquidação duvidosa		31.858
Imposto de renda e contribuição social diferido		(2.685)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		307
Resultado ajustado		15.924
Variações nos ativos e passivos		(6.524)
Operações de créditos		(32.429)
Despesas antecipadas		212
Outros créditos		10.031
Recursos e aceites cambiais		4.425
Outras obrigações		12.027
Imposto de renda e contribuição social pagos		(789)
Caixa proveniente das atividades operacionais		9.400
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível		(593)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(593)
Variação caixa e equivalentes de caixa		8.807
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período		10.760
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período		19.567
Variação caixa e equivalentes de caixa		8.807

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), com sede em Dois Irmãos/RS tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das leis nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2017, lei nº 4.595/34 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e pela lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância com os normativos do BACEN e do Conselho Monetário Nacional (NMC), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 00(R2), CPC 01(R1), CPC 02(R2), CPC 03(R2), CPC 04(R1), CPC 05(R1), CPC 06(R2), CPC 10(R1), CPC 23, CPC 24, CPC 25, CPC 27, CPC 33(R1), CPC 41, CPC 46 aprovados pelo BACEN.

A partir de 01 de janeiro de 2020, as alterações introduzidas pela Resolução BCB 02, que estabelece os critérios gerais para elaboração e divulgação, foram incluídas nas demonstrações financeiras da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos,. Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Instituição passou a observar as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21, que trata dos critérios de classificação, registro, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. No âmbito dessa norma, foram editados atos complementares. A Resolução BCB nº 352/23 estabeleceu parâmetros mínimos de provisionamento e detalhou aspectos relacionados à taxa efetiva de juros, ao teste de "Somente Pagamento Principal e Juros" (SPPJ), bem como à divulgação de instrumentos financeiros. Posteriormente, a Resolução BCB nº 397/24 promoveu ajustes à Resolução BCB nº 325/23, revisando determinados conceitos e critérios contábeis aplicáveis. Os critérios contábeis oriundos por esta Resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos lucros e prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários.

Por fim, a Instituição optou por não apresentar informações comparativas nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2025, em conformidade com o artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, que dispensa essa obrigatoriedade às instituições financeiras no primeiro exercício de adoção da norma. Art. 79, Resolução CMN nº 4.966/2021: "Fica dispensada a apresentação comparativa nas demonstrações financeiras de 2025 relativamente aos períodos anteriores."

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 5 de dezembro de 2025.



3 Resumo das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários disponíveis e ainda por investimentos com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias, contados da data de aquisição e que apresentem alta liquidez e insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

3.3 Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade ou pessoa física.

i) Reconhecimento inicial

Um ativo ou passivo financeiro, exceto "Operações de Crédito" e "Depósitos à vista e a prazo", é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição se torna parte das disposições contratuais do instrumento, o que geralmente ocorre na data da negociação.

3.3.1 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representadas por depósitos interfinanceiros, registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.3.2 Classificação dos ativos financeiros

3.3.2.1 Custo Amortizado

Ativos financeiros que atendam de cumulativamente às seguintes condições: I – O modelo de negócios tem o objetivo de manter os ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais e II – Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente no pagamento de principal de juros sobre o valor principal, em datas específicas.

3.3.2.2 Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: I – O ativo financeiro é gerido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios e II – Os fluxos de caixa contratualmente previstos constituem-se somente no pagamento de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

3.3.2.3 Valor Justo em Outros Resultados

Os demais ativos financeiros que não se enquadram como Custo Amortizado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes.

3.4 Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito da HS Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos, são compostas por Empréstimos Pessoais (Não Consignados e Consignados), Financiamentos, Recebíveis de Varejo, Antecipação de Saque Aniversário do FGTS e Capital de Giro.



Os saldos das operações são reconhecidos mensalmente a custo amortizado com a inclusão dos custos e receitas de transação diferidos.

Para apuração da provisão a instituição segue rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução CMN 4.966 e Resolução BCB 352. A base de cálculo para aprovação da provisão é constituída pelo saldo do contrato, acrescido dos rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais mais custos e receitas de transação diferidos.

Os saldos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito são alcançados através da soma dos pisos mínimos estabelecidos nos anexos da Resolução BCB 352, mais provisões adicionais para Ativos classificados como Problemáticos mais Provisões para Perda Esperada.

O modelo de apuração da Perda Esperada adotado pela HS Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos, segue os parâmetros da regulação vigente para instituições do Seguimento 4 e busca identificar o risco de cada operação de crédito com base no perfil do tomador, histórico de operações com a instituição, produto e ambiente macroeconômico.

A Perda Esperada é adotada para ativos adimplidos e inadimplidos ampliando os pisos mínimos estabelecidos pela regulação quando necessário. Para operações onde a Perda Esperada é inferior ao piso mínimo adota-se o piso como nível de provisão a ser reconhecido.

Renegociação e Reestruturação:

Para a reestruturação dos fluxos de pagamento de ativos em carteira a instituição faz uso de dois instrumentos:

I - Refinanciamentos: acordo que implique na substituição do instrumento financeiro originalmente contrato por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. Este instrumento é ofertado a clientes adimplentes para renovação de suas operações com ou sem ampliação do valor em exposição.

II - Reestruturações: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Este instrumento é utilizado para recuperação de créditos em atraso, os contratos provindos deste instrumento são classificados como Ativos Problemáticos.

Ativos Problemáticos: para a definição de ativos problemáticos a instituição adotou o conceito previsto na Resolução CMN 4.966, sendo:

- I - Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou
- II - Indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.
- III - Falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial ou atos similares pedidos em relação à contraparte;
- IV - Medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas;
- V - Diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação, devido à redução da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas;
- VI - Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte; ou
- VII - Negociação de instrumentos financeiros de emissão da contraparte com desconto significativo que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito.



Stop Accrual: Seguindo as diretrizes das Resoluções CMN 4.966 e Resolução BCB 352 a instituição interrompe o processo de reconhecimento de receitas dos ativos com problema de recuperação de crédito assim que tal classificação é alcançada.

Para os ativos classificados como problemáticos o reconhecimento de receitas no período ocorre apenas mediante o efetivo recebimento.

Os ativos financeiros que estejam classificados como problemáticos quanto reestruturados são mantidos nesta classificação até que as condições de cura estabelecidas pela instituição através de estudos internos sejam totalmente alcançadas.

Write-Off (Baixa para prejuízo): A instituição pode classificar como perda e adotar a baixa para prejuízo (write-off) dos direitos creditórios, seguindo um ou mais dos seguintes critérios:

- a) Constatação de falha na originação, de qualquer natureza, inclusive fraude, que impeça o recebimento;
- b) Evidência de impossibilidade ou perspectiva remota de recebimento;
- c) Evidência do esgotamento nas possibilidades de recuperação de forma satisfatória e estejam integralmente provisionados; ou
- d) Créditos vencidos e inadimplidos há mais de 9 meses após entrar na condição de inadimplente.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativo e Passivo)

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para CSLL é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável.

3.6 Imobilizado de uso

Estão registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens, como segue: Instalações, Móveis e Equipamentos e Sistema de Comunicação – 10%; Equipamentos de Informática – 20%.

A Administração da Instituição entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

3.7 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, estão registrados os valores relativos a Softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil – 20%.

3.8 Redução ao valor recuperável de ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros "*impairment*" é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

A HS Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos, não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível em 30 de junho de 2025.



3.9 Tributação

Calculados sob alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Impostos	Base incidência	Alíquotas
Imposto de Renda e Adicional – IRPJ	Lucro Real	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	Lucro Real	15%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	Receita	4%
PIS/PASEP	Receita	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Prestação de serviços	5%

3.10 Passivos circulantes e não circulantes

Os depósitos e recursos de aceites cambiais são demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pró rata dia.

As férias e 13º salário vencidos e proporcionais estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

3.11 Ativos e Passivos contingentes

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento, de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Passivos Contingentes: São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgado nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

3.12 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis determina que a administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não financeiros, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de certos ativos e passivos financeiros (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo permanente (iii) provisões de operação de crédito e passivos contingentes (iv) estimativas dos créditos tributários ativados. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.



3.13 Resultado por ação

O resultado por ação é apresentado nas demonstrações financeiras com o objetivo de demonstrar o valor que o lucro/prejuízo líquido representa em relação ao capital por eles investidos. O cálculo do valor é feito através da divisão do resultado líquido do período pela quantidade média de ações no final do período/exercício.

3.14 Resultados não recorrentes

A HS Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos, entende que toda transação que gere receitas oriundas de suas atividades operacionais e que são recorrentes no dia a dia, bem como as despesas essenciais para o funcionamento da organização são resultados recorrentes. Resultado não recorrente, ao ver da administração, são aqueles atípicos, que não fazem parte da operação ou que não são comuns nas atividades organizacionais.

São considerados resultados não recorrentes:

- Receitas e despesas não operacionais, que abrangem vendas/perdas dos bens do imobilizado ou intangível
- Venda/Compra de ações em bolsas de valores
- Transações cambiais.

Nos últimos exercícios não houve incidência de nenhum resultado não recorrente na empresa.

3.15 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social corrente

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 quando semestral), e a provisão para a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3.16 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os valores apresentados referem-se à provisão de 25% de imposto de renda e 15% de contribuição social para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

3.17 Apuração dos resultados

As receitas e as despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são apresentadas pelo valor presente e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Saldos de caixa e equivalentes de caixa	30/06/2025
Disponibilidades	6.367
Depósito interbancário - vencimento até 30 dias	13.200
Total	19.567

Em 30 de junho de 2025, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.



5 Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas aos risco de crédito

A composição da carteira de operações de crédito por nível de risco e tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir:

5.1 Composição das operações de crédito por modalidade

Operações de Crédito	30/06/2025
Empréstimos	70.440
Antecipação de recebíveis	593
Financiamentos	62.195
Outros	176.090
TOTAL	309.318
 Circulante	 240.098
Não Circulante	69.220

5.2 Concentração dos maiores tomadores de crédito

	30/06/2025	%
<i>Concentração das operações de crédito</i>		
10 maiores devedores	1.000	0,32
50 seguintes maiores devedores	1.553	0,50
100 seguintes maiores devedores	3.444	1,11
Demais devedores	303.321	98,06
Total	309.318	100,00

5.3 Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento

Vencimento	Empréstimos	Títulos descontados	Financiamentos	Cartão	30/06/2025
Carteira de crédito					
Vencidos	42.328	-	7.805	-	50.133
A vencer					
Até 3 meses	9.483	593	16.735	46.998	73.809
De 3 a 12 meses	11.136	-	25.465	79.555	116.156
 De 1 a 3 anos	 6.040	 -	 12.180	 49.537	 67.757
Após 3 anos	1.453	-	10	-	1.463
Total da carteira	70.440	593	62.195	176.090	309.318
Circulante	62.946	593	50.006	126.553	240.098
Realizável a longo prazo	7.494	-	12.189	49.537	69.220



5.4 Devedores para depósito garantia

	30/06/2025
Saldo inicial	704
Depósitos judiciais	13
Saldo final	717

5.5 Composição da carteira de operações de crédito, conforme estabelecidos na Resolução nº 4.966 do CMN e respectiva Provisões para perdas esperadas, incorridas e provisão adicional associadas ao risco de crédito

A Resolução 4966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), publicada em 25 de novembro de 2021, estabelece novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros em instituições financeiras, alinhando-se com a norma internacional IFRS 9. Essa resolução altera significativamente a forma como as instituições mensuram e contabilizam seus ativos e passivos financeiros, incluindo a provisão para perdas esperadas.

No semestre findo em 30 de junho de 2024, foram recuperados créditos no montante de R\$ 4.800 mil (R\$ 11.007 mil em 31 de dezembro de 2024).

5.6 Movimentação das provisões para perdas associadas ao risco de crédito

	30/06/2025
Saldo inicial	37.622
Ajuste da adoção inicial da Resolução 4.966	(3.005)
Perda com clientes	(23.026)
Constituição/reversão Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31.858
Saldo final	43.449

No dia 01/01/2025, foi recalculada a provisão dos devedores duvidosos com as informações e dados de 31 de dezembro de 2024, considerando as diretrizes estabelecidas pela Resolução 4966. A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito apresentou redução nesse primeiro momento de R\$ 37.622 para R\$ 34.617, resultando na reversão de R\$ 3.005 que foi lançada na contabilidade em 1 de janeiro de 2025 em contrapartida de prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.



6 Impostos e contribuições a compensar

Tributo	30/06/2025
IRPJ a compensar	1.217
CSLL a compensar	740
Impostos Pagos a maior ou indevidamente	645
Total	2.602

7 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os saldo de passivos financeiros da instituição incluem, predominantemente, Certificados de Depósito Bancário (CDB) emitidos com rentabilidade pós-ficada, indecada à taxa CDI. No período em análise, as taxas pactuadas variam entre 105% e 117% do CDI, refletindo as condições de mercado e a estratégia de captação da financeira.

A distribuição dos vencimentos dos CDB's, ocorre entre o curto e longo prazo, conforme os prazos acordados. A gestão desses passivos é realizada com foco na manutenção da liquidez, na otimização do custo de captação e na aderência às políticas de risco e compliance da instituição.

Abaixo, a composição da carteira por vencimento.

Depósitos a prazo	30/06/2025
A vencer até 3 meses	-
A vencer de 3 a 12 meses	19.551
Total	19.551
Circulante	19.551
Não Circulante	-

8 Recursos de aceites cambiais

Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 100% a 126% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	30/06/2025
A vencer até 3 meses	3.734
A vencer de 3 a 12 meses	30.113
Total	33.847
Circulante	33.847
Não circulante	129.786



8.1 Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

	30/06/2025
IOF s/Oper. De Crédito PJ	2
IOF s/Oper. De Crédito PF	62
Total	64

9 Outras obrigações diversas

	30/06/2025
Diversas	8.809
Sociedades ligadas	335
Fornecedores diversos	27.220
Credores diversos – país (a)	711
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	37.075
Total	37.075

Circulante	37.075
Não circulante	-
(a) Referem-se a valores a repassar para correspondentes externos.	
(b) Os valores de provisão para pagamentos a efetuar se referem a salários, rescisões, provisões de férias, décimo terceiro gratificações e seus respectivos encargos de INSS e FGTS.	

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Instituição, no curso normal de suas operações, é parte em ações judiciais e processos administrativos sobre questões trabalhistas e cíveis. Com base nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações, conforme demonstrado abaixo.

Natureza	30/06/2025
Trabalhista	15
Cíveis	570
Total	585

A movimentação da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhista está demonstrada conforme quadro a seguir:

	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo inicial	-	278	278
(+) Constituição de provisão / atualizações monetárias	15	292	307
(-) Reversão de provisão / pagamentos	-	-	-
Saldo final	15	570	585

Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível:

Natureza	30/06/2025
Cíveis	1.783
Total	1.783



10 Outros Passivos Não Circulante

	30/06/2025
Passivos de 1 a 3 anos	31.174
Recursos de aceites 1 a 3 anos	129.786
Credores diversos – país	4.402
Total	165.362
Circulante	33.847
Não circulante	165.362

11 Saldos e transações com partes relacionadas

	Ativos	Despesas líquidas
	30/06/2025	30/06/2025
Recursos de aceites e cambiais	150.796	(8.709)
HS Administradora de Consórcios	75.285	(4.841)
Herval Corretora de Seguros	3.481	(222)
Herval Nordeste Ind. Moveis, Colchoes e Espumas Ltda	28.176	-
Ligadas pessoas físicas	43.854	(3.646)
HS Administradora de Consórcios	3	-
Global Distribuidora de Bens Consumo	562	-
Ligadas Pessoas Físicas	-	-
Herval Indústria de Móveis	8	(13)
HS Administradora de Consórcios	-	-
Herval Corretora de Seguros Ltda	-	-
Global Distribuidora de Bens Consumo	8.801	(3.922)

12.1 Remuneração dos administradores

No semestre findo em 30 de junho de 2025, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

	30/06/2025
Remuneração	172
Encargos sociais	44
Total	216

12 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital da Instituição em 30 de junho de 2025 é de R\$ 67.000 (R\$ 67.000 em 31 de dezembro de 2024), composto por 67.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.



13.2 Reservas de lucros

13.2.1 Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

13.2.2 Dividendos

Prejuízo líquido do Semestre	(13.824)
Base de cálculo dos dividendos	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-
Dividendos a distribuir	-

13.2.3 Juros sobre o Capital Próprio

Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram destinados juros sobre o capital próprio.

13 Receita de operações de crédito

	30/06/2025
Rendas empréstimos cartão de crédito	9.348
Rendas de empréstimos	4.154
Receita de recuperação de créditos baixados prejuízo	4.475
Rendas de títulos descontados	93
Rendas de financiamentos	11.287
Total	29.357

14 Operações de captação no mercado

	30/06/2025
Despesas de depósitos a prazo CDB	(3.440)
Comissão sobre captação CDB	(267)
Despesas de aceites cambiais	(11.044)
Despesas contribuição FGC	(128)
Total	(14.879)

15 Despesas de intermediação financeira

	30/06/2025
Operações de captação no mercado	(14.879)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(31.858)
Total	(46.737)



16 Receita de prestação de serviços

Refere-se a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista, operações com cartão de crédito e tarifas de transferências financeiras conforme composição abaixo:

	30/06/2025
Anuidades cartão de crédito	5.095
Receita intermediação de cartão	1.814
Receita de comissão intermediação cartão	1.158
Tarifa de transferência financeira	339
Ressarcimento de tarifa STR04	16
Receita de comissão seguros	9
Receita intermediação de cartão ON US	8
Total	8.439

17 Despesas de pessoal

	30/06/2025
Despesa de pessoal - Proventos	1.300
Despesa de pessoal - Encargos	464
Despesa de honorários	172
Despesa de pessoal - Outros	176
Total	2.112

18 Outras despesas administrativas

	30/06/2025
Despesa de serviços de terceiros	4.315
Despesa de processamento de dados	2.407
Despesa de serviços técnicos especializados	1.969
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.294
Outras despesas administrativas	493
Despesa de comunicações	240
Despesa de cobrança	7
Total	10.725

19 Receitas/Despesas Operacionais

	30/06/2025
Outras Receitas Operacionais	9.174
Rendas por antecipação obrigações pagamento	8.894
Variação cambial ativa	3
Outras Receitas	277



Outras Despesas Operacionais	(3.090)
Desconto renegociação de dívida	(2.289)
Variação cambial passiva	(23)
Outras despesas	(778)
Total	6.084

20 Imposto de renda e contribuição social

21.1 Reconciliação Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrado abaixo:

	30/06/2025
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(16.509)
Alíquota fiscal combinada	40%
Base de cálculo	6.604
(Adições) exclusões	
Diferenças temporárias de provisões	6.231
Perdas fiscais	(17)
IR e CS no resultado	2.685
Corrente	-
Diferido	2.685

21.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O ativo fiscal diferido é decorrente de provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisões para contingências, demonstrados conforme abaixo:

	30/06/2025
Apuração	
Provisão para perda espera associada ao risco de crédito	43.404
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	585
Provisão última Parc. CDC Taqi	37
Base de cálculo	44.026
Alíquota fiscal IRPJ	11.006
Alíquota fiscal CSLL	6.604
Saldo ativo fiscal diferido	17.610

	IRPJ	CSLL
Base de cálculos IR e CS diferidos		
Provisão para perda espera associada ao risco de crédito	43.404	43.404
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	585	585
Provisão última Parc. CDC Taqi	37	37
Base de cálculo	44.026	44.026
Alíquota nominal	25%	15%
Saldo ativo fiscal diferido	11.006	6.604

21.3 Realização do imposto diferido

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é que ocorra conforme abaixo:



	30/06/2026
Em 2026	3.522
Em 2027	7.044
Em 2028	7.044
	<u>17.610</u>

21 Limite operacional (Acordo de Basileia)

Em 30 de junho de 2025, a Instituição encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 34,07%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do Banco Central do Brasil e demais normativos complementares. A Financeira possui o capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resolução nº 4.913/13.

22 Despesas Tributárias

	30/06/2025
Despesas de ISSQN	(401)
Despesas de COFINS	(1.140)
IOF s/operações de crédito	(1)
Despesas de Pis/Pasep	(185)
	<u>(1.727)</u>

23 Prejuízos acumulados

A HS Financeira possui um prejuízo acumulado de R\$ (12.888) no primeiro semestre de 2025.

24 Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2025
Impostos, contribuições e provisões sobre salários	228
Pis e COFINS	234
ISSQN	77
Outros tributos	31
	<u>570</u>

25 Gerenciamento do risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da HS Financeira possibilita que estes sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente. A estrutura é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos. Abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

O processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas e o monitoramento é realizado através de relatórios e matrizes de controles operacionais apresentados a Diretoria e gestão com os planos de ação para tomadas de decisões estratégicas.



Risco Operacional: Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 a estrutura de gerenciamento de risco operacional analisa as relações entre causa, evento e efeito para identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos operacionais, de forma a auxiliar a Instituição no atingimento de seus objetivos, no cumprimento dos limites estabelecidos, leis e regulamentos, bem como no tratamento de eventuais desvios.

Risco de mercado: O processo de gerenciamento do risco de mercado da Instituição prevê a execução de ações de mensuração, monitoramento, reporte e controle do risco. A mensuração do risco de mercado é realizada por meio da metodologia Value at Risk (VaR) e de testes de estresse para determinar a sensibilidade do capital da Instituição frente a movimentos extremos do mercado.

Risco de crédito: As ferramentas utilizadas no gerenciamento do risco de crédito permitem a análise da qualidade da carteira de crédito da Instituição por meio de indicadores que consideram fatores como: concentração da carteira; inadimplência da carteira; monitoramento da provisão; acompanhamento da carteira por faixas de atraso; monitoramento de operações aprovadas em caráter de exceção; dentre outros.

Risco de liquidez: A HS Financeira gerencia o risco de liquidez através da sua identificação, mensuração e monitoramento, em um horizonte de tempo mínimo de 90 dias, a fim de mitigar a exposição da Instituição e antecipar eventuais desenquadramentos aos limites definidos na RAS.

26 Eventos Subsequentes do período

A HS Financeira fez um estudo sobre a utilização da metodologia completa da 4966, porém verificou que para o ano de 2026 ainda é mais vantajoso continuar com a metodologia simplificada. Mensalmente são levantados os dados calculados do sistema para verificar se estão sendo calculadas corretamente as bases da carteira de crédito, se os percentuais estão ajustados conforme a legislação.

Os valores que estão no ativo problemático e a cura do ativo problemático também são auditadas mensalmente pelo setor de dados, verificando se o valor está conforme o previsto na legislação. É feito o acompanhamento dos clientes que possuem dívidas acima de R\$ 50.000,00 e essa informação é trabalhada na gestão com o objetivo de criar planos de ação para recuperar estes valores.